

Dawisson Belém Lopes*
Elizeu Santiago de Sousa**

Quando nasce uma criança, o primogênito da família, nascem também os seus pais. O mesmo vale para um país, qualquer que seja ele: quando se torna independente e começa a contar com o reconhecimento dos pares, precisa passar a produzir uma política externa. Precisa estabelecer um conjunto de princípios e procedimentos para o relacionamento com os de igual estatuto. O processo não acontece da noite para o dia; vem pelo acúmulo. Desse acúmulo, identifica-se um padrão. O Brasil não adquiriu a sua personalidade internacional no dia 7 de setembro de 1822; tampouco aconteceu no dia 8 ou 9. Os traços mais ou menos permanentes da conduta brasileira nas relações exteriores firmaram-se nas décadas – e séculos – de interação com a sua sociedade e, claro, com as demais sociedades nacionais ao redor do mundo.

Ora: política exterior é, via de regra, processamento do doméstico com o internacional. Frequentemente, o meio acadêmico tratou de maneira dualista esses dois planos; como se água e óleo fossem. Não são. É erro metodológico, com implicações graves para a apreensão devida da ontologia do ator internacional chamado Brasil. O que acontece fora das fronteiras repercute dentro. Invariavelmente, porém, a dimensão doméstica é subestimada nas análises das relações internacionais do Brasil. Há pouca teoria social da política externa. É mais contraditório o olhar que avalia a esfera internacional de forma descolada da política interna. Abordagens voltadas para palavras e atos institucionais de presidentes ou chanceleres desconsideram, com alguma frequência, os elementos capitais da produção social da política exterior – economia, cultura, religião, valores.

Se nos detivermos na dinâmica que, em 1822, conduziu ao nascimento do Estado independente Brasil, culminando, em 2022, com o seu bicentenário, veremos muitas continuidades – mesmo que não pretendamos fazer exercício de rastreamento de processo. Há bons indícios de que as permanências bisseculares estão ao alcance do olho nu.

Em duzentos anos, foram pessoas as principais correias de transmissão das ideias e das normas. *Personagens* e *agendas* que, geração após geração, conformaram um país. Quando nos aproximamos do caso brasileiro, vemos em José Bonifácio de Andrada e Silva, patrono da independência, um bom ponto de partida. Ele foi o primeiro brasileiro – nascido em Santos, litoral de São Paulo – a ter chefiado a secretaria de negócios estrangeiros, já em 1822. Encarna bem o que era uma visão de política exterior do país para o seu tempo histórico. E o que era uma boa política externa na época da independência? Para responder a contento, é fundamental entender o que era o Brasil daquele momento. Era, em primeiríssimo lugar, América Portuguesa. O sistema internacional, esse era eminentemente europeu. O hemisfério americano constituía a periferia global. Nossa inserção na economia era subordinada, por suposto. Sobrevivemos a séculos de pacto metropolitano. Núcleos populacionais estavam esparsos pelo território. No ano da graça de 1822, havia muitos brasis dentro do Brasil.

Sob essas circunstâncias, José Bonifácio foi instrumental. Ele havia conhecido o mundo. Cientista de formação, treinado numa universidade portuguesa, tornou-se professor e pesquisador. Abriu uma avenida importante. Já havia levas de colonos brasileiros que faziam o itinerário de estudos, mas Bonifácio consolidou o percurso. Contribuiu para aquilo que Jean Piaget chamou de “individuação” da nação. Bonifácio liderou o grupo de Coimbra – cuja universidade tinha 5% do

* Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1949-1001>. E-mail: dawisson@gmail.com.

** Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1552-681X>. E-mail: elizeusantiago2@gmail.com.

corpo discente formado por brasileiros, em 1822. O Brasil, mesmo após a independência, conhecia o mundo via Portugal. Bonifácio foi a instanciação de uma visão de mundo. Ele deu precedência ao conhecimento acadêmico sobre o poderio financeiro ou bélico. Valorizou as viagens a paragens desconhecidas e o cultivo das línguas estrangeiras. Foi patriota, mas de um tipo acomodático: jamais rompeu com D. João VI e D. Maria I, que lhe financiaram por quase uma vida inteira. Era um aristocrata, afinal de contas, que tinha a compreensão de que apenas uma fração da sociedade oitocentista poderia integrar-se ao jogo internacional. A política externa nascente do Brasil foi bonifaciana em mais de um sentido.

Não por acaso, o pensamento internacional de José Bonifácio é o tema inaugural deste volume. Escrito pelo professor Elizeu Santiago em parceria com Felipe Vidal e Tomás Borges, o trabalho “Pensamento Político e Política Externa na Independência: O Pensamento de José Bonifácio e Frei Caneca em Perspectiva Comparada” analisa dois entre os mais representativos projetos políticos para a jovem nação. De um lado, o pensamento imperial de Bonifácio (1763-1838), defensor da conservação adaptada das instituições políticas bragantinas nos trópicos. O primeiro chanceler brasileiro defenderia “a prevalência do elemento monárquico enquanto dinamismo da organização social e a defesa de um Estado unitário, centralizado e, sempre que necessário, intervencionista”. No plano diplomático, a consecução da grandeza nacional passava pela “defesa da intangibilidade territorial, a construção de uma ordem regional favorável e o circunstancialismo nas parcerias internacionais”. Do outro lado do espectro político, o pensamento autonomista de Frei Caneca (1779-1825) invertia a fórmula: “a força da nação adviria da livre união das províncias unidas, condição esta de autonomia indispensável para o logro da liberdade”. Descentralização política, ascendência do Legislativo sobre o Executivo e mimetismo institucional norte-americano foram marcas da imaginação do líder pernambucano. No plano externo, o projeto imperial de grandeza internacional dava lugar à autonomia confederativa e à aproximação com os Estados Unidos. Antípodas na política, as ideias de Bonifácio e Caneca se mantinham vivas no debate político brasileiro oitocentista.

No segundo texto do dossiê, “Nabuco de Roma a Haia”, o diplomata Luiz Feldman explora a última década da vida do abolicionista e então diplomata Joaquim Nabuco (1849-1910). Através da leitura atenta de seus diários e cartas, telegramas e conferências, o autor analisa o pensamento internacional do primeiro embaixador da história republicana brasileira em um período marcado por três entre os mais significativos eventos diplomáticos nacionais: em 1904, a derrota em Roma no litígio territorial contra a Inglaterra; a partir de 1905, a chefia da primeira embaixada brasileira, em Washington; em 1907, a preterição na Conferência de Paz Haia, por Rui Barbosa, naquela que seria a estreia brasileira em grandes palcos do multilateralismo. Em uma original releitura da obra nabuqueana, Feldman nos mostra que a problemática fundamental da produção de Nabuco no período fora o de orientação espacial. Partindo da disjuntiva “isolamento-geopolítica”, o lugar do Brasil no mundo assumiria orientações, na visão do seu protagonista, distintas: “Pois se Roma o leva à introversão hemisférica, com vistas à conservação do território, a Haia aponta por um momento, pela via da grandeza continental, ao reengajamento político-diplomático com o mundo de além-mar”.

Em “Por uma ‘sensibilidade latino-americana’: Heitor Villa-Lobos e a musicologia de Alejo Carpentier”, o professor Loque Archanjo Júnior analisa a recepção e a crítica do musicólogo cubano Alejo Carpentier (1904-1980) à obra do compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos (1887-1959). No contexto de reinvenção de uma latinidade musical e da busca pela autonomia cultural latino-americana, a crítica de Carpentier apontava que “a música do compositor brasileiro se tornou expressão artística das tensões, das negociações e dos sutis limites existentes entre as sonoridades musicais que buscam traduzir culturas locais e os estereótipos construídos na conjuntura da modernidade das cidades latino-americanas no início do século XX”. Em um competente diálogo com a literatura especializada, o autor nos mostra que os textos de Carpentier não apenas associaram a música de Villa-Lobos ao movimento musicológico intitulado afrocubanismo – iniciativa surgida em Cuba que buscava se colocar como antídoto ao processo de exotização da música latino-americana –, como “considerava a obra do compositor brasileiro uma espécie de metáfora da independência cultural latino-americana em relação ao mundo europeu e estadunidense”. Jaz aqui uma bem-vinda e original contribuição aos estudos de história intelectual, seja na forma de pensamento social, seja na de pensamento internacional brasileiro: a

ampliação das formas de reflexão e do conjunto de fontes de pesquisa através da incorporação de fontes musicais e de suas análises.

No quarto artigo deste volume, “A Política Externa Independente em formação: o pensamento internacional de San Tiago Dantas nas páginas do *Jornal do Commercio* (1957-1959)”, o professor Renato Ferreira Ribeiro investiga o pensamento internacional de Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) contido nas páginas do influente e então mais longo jornal em circulação ininterrupta na América Latina. O futuro chanceler de João Goulart, um dos principais formuladores da Política Externa Independente (PEI), teria nos 320 editoriais escritos no jornal uma importante plataforma para projeção política e reflexão sobre a política internacional e a política externa brasileira. Da leitura e interpretação competente das fontes históricas, o autor nos mostra que “muitas das principais ideias que defendeu e implementou como chanceler já haviam sido formuladas, pelo menos parcialmente, nos anos finais da década de 1950”, tais como, entre outras, a ideia de “coexistência competitiva” entre Ocidente e União Soviética, a “afirmação de uma agenda voltada para o desenvolvimento econômico e social dos povos” e a necessidade da reformulação diplomática brasileira diante dos limites impostos pelo tradicional alinhamento aos Estados Unidos.

No quinto artigo deste volume, “A proposta tradicionalista de política externa de J. P. Galvão de Sousa”, o professor Flávio Daltro Lemos de Alencar analisa o pensamento internacional de um dos mais relevantes nomes do tradicionalismo político brasileiro. Autor de 18 livros, centenas de artigos em jornais, publicações científicas nacionais e internacionais sobre filosofia, sociologia, direito e história, o autor recupera o pensamento e a obra do hoje pouco lembrado jurista e fundador da Faculdade Paulista de Direito, José Pedro Galvão de Sousa (1912-1992). Partindo da valorização das raízes ibéricas do país, a proposta de política externa de Galvão de Sousa priorizava as dimensões hispânica e atlântica do Brasil, vetores de sua presença internacional e da sua natural vocação para a liderança. Segundo Flávio de Alencar, dois planos sucessivos de atuação internacional para o Brasil são identificáveis na obra do autor: “em primeiro lugar, a constituição de uma ‘Comunidade Lusíada’, integrando, na América, o Brasil e, na Europa, África e Ásia, Portugal”; e, sem seguida, “um bloco hispano-americano congregando, para além dos países constituintes da Comunidade Lusíada, todos os de fala castelhana”. Adotando a ideia dos “círculos concêntricos”, defendida pelo chanceler Vasco Leitão da Cunha (1903-1984), o pensamento internacional de Galvão de Sousa previa a existência de 8 círculos para a atuação internacional do país, iniciando-se com os povos de língua portuguesa espalhados pelo mundo e encerrando-se com os países extremo-orientais.

Encerra o segundo volume deste dossiê o trabalho do professor Enrique Natalino, intitulado “Um pensador da periferia no centro: a internacionalização da atividade acadêmica de Fernando Henrique Cardoso”. O artigo analisa o pensamento internacional do futuro presidente da República e as principais correntes de pensamento a influenciar a sua trajetória ao longo dos anos 1960 e 1970, momento marcado pela formação sociológica do jovem intelectual e pela internacionalização da sua carreira acadêmica. Em uma ampla e habilidosa análise das principais fontes sobre o tema, cuja instrutiva entrevista com Cardoso abrilhanta a pesquisa, Natalino argumenta que a trajetória do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso no período é “indissociável de sua interpretação da ‘teoria da dependência’, de suas análises sobre a natureza do modelo político do regime autoritário brasileiro e de pretensões de influenciar, como intelectual e como ator político, o processo de redemocratização”. Em linhas gerais, como pensador internacionalista da periferia, a obra de Cardoso contribui para a introdução de temas da sociedade civil, da participação política, da representação partidária e da democracia. Nas palavras de Natalino, “como defensor da transposição, para o plano internacional, da participação crescente da sociedade civil na política que se processava no âmbito interno, projetou-se como um defensor de uma ordem internacional mais democrática”.

Por fim, é dever registrar os nossos sinceros agradecimentos àqueles que nos acompanharam ao longo desta jornada. A organização dos dois volumes deste dossiê seria impossível sem a imprescindível colaboração de todos os autores e autoras, assim como o importante trabalho dos pareceristas e da equipe editorial, a quem, uma vez mais, agradecemos penhoradamente. Esperamos que a publicação dos dois volumes de artigos possa estimular a pesquisa e contribuir com o crescimento dos estudos sobre o pensamento internacional brasileiro.